

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE MAUÁ

Às dezenove horas e vinte e dois minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e quatro, estiveram presentes no saguão do Teatro Municipal de Mauá, para a reunião ordinária do C.M.C.M., os representantes do poder público, Ingrid Frohlick Machado, Secretária Adjunta de Cultura, Rodrigo Hernandez Rodrigues, Eduardo de Faria “Duda”, Jonathan Teixeira Costa, Luciana Senhorelli Frederico López; os conselheiros, Karen Massae Nashiro, Dagliane Natiele Leite, Arthur Rodrigues da Silva, Tiago Alves do Nascimento, Sílvio Luiz da Rocha Ribeiro “Baba Sílvio”, André Luiz Pimenta Pinheiro dos Santos, Raquel Nunes “Kel”, José Aparecido Evangelista “Macário”, Jéssica Silva “Makeda” e; os participantes da Sociedade Civil, Valter Carriel, Maria Aparecida, João Aparecido Dias, Maria Aparecida Pereira Dias, Maria Martins, Meire Terezinha e Allan Vinícius. Anteriormente a reunião, através do grupo de WhatsApp dos conselheiros, foram sugeridas as seguintes pautas para a reunião de hoje: - Edital FAFC 2024: pagamentos, suplentes, entre outros. - Lei Paulo Gustavo: saldo remanescente e prazo para prestação de contas dos contemplados no edital de 2023. - PNAB (Política Nacional Aldir Blanc) 2024: previsão de lançamento dos editais. - Programação em comemoração ao aniversário de Mauá de 2024: forma que se dará a contratação de artistas; Comissão de Festejos; articulação de parcerias. A Secretária Adjunta, Ingrid, inicia a reunião com a pauta sobre a programação de aniversário da cidade, dizendo, que até o momento, não houve, por parte da Comissão de Festejos, sinalização de que haverá evento em comemoração ao aniversário de Mauá e, pensa, que por conta de ser ano eleitoral, poderá não haver comemorações. Ingrid solicita ao Conselho de Cultura que façam o detalhamento de suas propostas, referentes à temática, para que se caso haja participação da Secretaria de Cultura, no planejamento da comemoração, possamos apresentar à Comissão de Festejos. Dagliane relata que o conselho considera sensato participar, juntamente com a Secretaria de Cultura, das tratativas acerca da comemoração do aniversário da cidade, visto que envolvem ações culturais. O conselho compreende que aconteçam as contratações de artistas de grande mídia, mas considera importante que artistas locais tenham oportunidade de também se apresentarem. Karen questiona sobre o credenciamento para participação de artistas locais, na Festa Junina de 2024, considera que o processo não se deu de forma clara. André, Karen e Dagliane relatam que, dois dias antes do evento, houve publicação de lista de classificados para participação na Festa Junina, porém, artistas que fizeram o credenciamento e foram classificados, não receberam retorno da Secretaria de Cultura, tampouco da Comissão de Festejos. Valter Carriel relata que as Comissões de Festejos, bem como a verba para contratação de artistas, estão atreladas ao Gabinete do Prefeito e, quem toma decisões sobre contratações é o prefeito Marcelo Oliveira, juntamente com a funcionária Anita, presidente da Comissão de Festejos, que segundo Carriel, quando questionada por pessoas da Secretaria de Cultura, sobre contratar artistas da cidade, a mesma questionou: “que artistas?” Sobre o fato, Carriel considera importante discutir, ideologicamente, a questão do não reconhecimento e valorização de artistas locais, por parte da própria gestão. Karen questiona sobre a falta do Secretário de Cultura Tadeu, pela segunda vez consecutiva nas reuniões do conselho. Ingrid justifica a falta de Tadeu por questões pessoais. Dagliane considera importante que Tadeu estivesse presente para discutir esta pauta, visto que ele acompanhou os desdobramentos do credenciamento dos artistas para participação da Festa Junina. Carriel relata que o então, Gerente de Cultura da época, também acompanhava e tinha conhecimento sobre as contratações dos artistas locais. André comenta sobre reunião que o Conselho de Cultura fez com o prefeito Marcelo e o então Secretário Interino de Cultura da época, Leandro Dias, quando um dos assuntos abordados foi a Comissão de Festejos e, entenderam que a Comissão de Festejos não faz parte da Secretaria de Cultura, mas que existe representatividade, por parte da Secretaria de Cultura, dentro da referida comissão. André diz que o Conselho questionou, a Leandro Dias, sobre logística da Comissão de Festejos, Leandro prometeu resposta, mas não deu retorno ao conselho. Dagliane diz que o conselho requer explicações sobre o credenciamento da Festa Junina, na intenção de que esse mesmo credenciamento possa vir a ser utilizado para contratação de artistas para o aniversário da cidade. Arthur ressalta que é uma exigência, por parte do conselho, de que os artistas locais também sejam beneficiados através da verba utilizada para contratação de artistas de grande mídia e, que utilização dessa verba possa ser de forma mais igualitária. Karen aponta como sendo exigência do Conselho de Cultura, que 20% da verba destinada às contratações de artistas para festas, seja direcionado à contratação de artistas da cidade. Os conselheiros afirmaram que existe um documento com este teor nas mãos do prefeito, mas que ainda não obtiveram retorno. Ingrid solicita cópia do documento para que ele seja reiterado junto ao governo. Por fim, Ingrid deixa claro que a Comissão de Festejos,

realmente, não está sob o guarda chuva da Secretaria de Cultura e, que a Comissão de Festejos, como de praxe, em qualquer outra comissão, é composta por representantes de várias outras secretarias. Dando sequência às pautas, agora sobre a Lei Paulo Gustavo, Ingrid informa que o prazo final para prestação de contas dos projetos contemplados é março de 2025, com possibilidade de prorrogação de 12 meses, com apresentação de justificativa plausível. Por falta de clareza de informações, quanto às justificativas, Ingrid diz estar consultando a Secretaria de Assuntos Jurídicos para este fim. Com relação ao saldo remanescente da Lei Paulo Gustavo, Ingrid informa que o saldo será utilizado para contemplar proponentes suplentes, já classificados no edital de 2023 e, que a questão está sob análise jurídica, para verificação de necessidade de lançamento de outro edital ou possibilidade de pagamento dos suplentes através do edital já existente. Sabe-se que o valor remanescente deverá ser utilizado dentro das linhas/editais especificados no edital de 2023, os valores de cada linha não poderão ser somados e redimensionados. Ingrid se compromete a informar ao conselho quanto à decisão da Secretaria de Assuntos Jurídicos, bem como sobre os prazos para pagamento dos suplentes. Quanto à pauta PNAB, Ingrid informa que os editais para os artistas estão previstos para serem lançados na segunda quinzena de setembro, enquanto o edital para contratação dos pareceristas já se encontra na Secretaria de Finanças para análise e posterior aprovação jurídica. Membros da sociedade civil e conselheiros questionam sobre a quantidade e qualidade dos pareceristas que serão contratados, a fim de evitar atrasos e garantir que os projetos sejam julgados com maior precisão e profissionalismo. Ingrid garante que o edital de pareceristas e também dos artistas serão pautados nas diretrizes das oitivas em consonância com o MINC. Ingrid informa que solicitou ao Departamento de Tecnologia da Informação a atualização do sistema online do Mapa Cultural, que estava defasado, a atualização já foi realizada. Luciana informa que com o mapa atualizado, as inscrições passarão a ser de forma online, fato este que otimizará tempo nas avaliações dos projetos. Baba Sílvio, faz questão de registrar que foi tratado nas oitivas, que os projetos deveriam ser entregues de forma física, em cinco cópias, uma para cada parecerista, mas que concorda com o novo formato de inscrições. Arthur considera importante observar a situação de proponentes que possam não ter acesso a computadores e celulares para realizarem sua inscrição e, sugere que nesses casos, a inscrição possa ser aceita de forma física. Carriel acha que a Secretaria de Cultura poderia contribuir no sentido de disponibilizar um computador para utilização dos proponentes que precisarem. Ingrid se compromete a estudar a melhor forma para sanar a situação dos proponentes que não tem acessibilidade à tecnologia e apresentar ao conselho. Baba Sílvio discorre sobre a importância de haver, no mínimo, um parecerista que tivesse entendimento em Cultura Afro, para que houvesse um olhar mais atento a questões específicas que esta cultura apresenta Carriel discorda e, acha inviável, porque desta forma outros segmentos também poderiam requerer o mesmo. Após debate, chegou-se ao consenso de que a qualificação dos pareceristas, bem como suas vivências culturais, sejam relevantes e sirvam para nortear o processo de seleção e sorteio. Desta forma estaria o parecerista, “familiarizado” com a maior gama de vertentes culturais existentes, visando evitar qualquer parecer injusto, que venha a ser apresentado, por falta de conhecimento do parecerista. Ingrid não vê motivos para preocupação, reforça que serão observadas as qualificações dos pareceristas e, que eles deverão seguir os critérios de avaliação estipulados pelo edital. Jonathan menciona que o parecerista deverá apresentar seu currículo, o que deixa subentendido sua capacidade de julgar, além de que o edital prevê categorias, o que, de certa forma, estabelece diretrizes base para julgamento dos projetos inscritos. Luciana atenta para um fator relevante no julgamento de um projeto, que é de se escrever propostas que também contemplem a questão da inclusão, não apenas no que se refere às deficiências físicas, mas também no que se refere às vulnerabilidades. Luciana comenta sobre a possibilidade de incluir em projetos, parcerias com outras secretarias do município, Assistência Social, Educação, enfim, comenta sobre o fato da predileção, quase unânime, dos artistas, em apresentarem projetos no Teatro Municipal, destacando que, muitas das vezes, o público alvo de determinados projetos, possuem perfil, no que se refere à locomoção ao Teatro Municipal. Carriel considera importante a questão da inclusão, principalmente no que se refere à acessibilidade, mas diz que a inclusão não pode nortear a criatividade do artista e, que existem coisas que podem ser contempladas no quesito inclusão e outras, não. Quanto ao Teatro Municipal, Carriel diz que as pessoas precisam descobrir a verdadeira missão do Teatro, que deveria ser palco de cultura, deveria ser utilizado somente para apresentações de espetáculos de credibilidade e substância. Karen pensa que o Teatro Municipal deve ser ocupado pelos artistas e para finalidades culturais e, quanto à descentralização de apresentações e parcerias com outras secretarias, Karen apresenta dificuldades, dizendo não ser tão fácil essa logística e, que mesmo mediante a pouca verba

e apoio oferecidos, pelo poder público, os artistas se empenham para levarem seus espetáculos para a “quebrada”. Dagliane complementa a fala da Karen e diz que a predileção dos artistas pelo Teatro Municipal, se dá pela infraestrutura que, muitas das vezes, outros espaços públicos não oferecem e, não pela falta de intenção em apresentar seus projetos nas “quebrada”. Makeda corrobora com a fala de Dagliane. Meire Terezinha, presidente da UESMA – União das Escolas de Samba de Mauá, questiona sobre o cadastramento das escolas de samba de Mauá, através da plataforma Mapa Cultural, pergunta sobre o andamento e se há necessidade de recadastrar as escolas, visto que a plataforma está sendo reformulada. Ingrid informa que não será necessário cadastrar novamente, pois a atualização do sistema em nada interfere no que já foi inserido no Mapa Cultural. Ingrid anuncia que para o ano de 2025, os artistas que se cadastraram serão contatados para atualização no cadastro e que a intenção é ampliar o número de novos artistas cadastrados. Meire Terezinha pergunta se as decisões das oitavas, estão contempladas na construção dos editais da PNAB. Ingrid responde que na medida do possível, dentro das permissões jurídicas, as oitavas têm sido respeitadas, mas considera que houveram fragilidades, por falta de representatividade jurídica. No intuito de dinamizar a discussão das pautas, Dagliane sugere que as reuniões do Conselho de Cultura passem a ser conduzidas conforme previsto no regimento, onde os representantes da sociedade civil que não são conselheiros eleitos, não têm direito a fala. Ao final, serão concedidos dez minutos para manifestação destes representantes. Ingrid não concorda, considera importante democratizar, abrindo espaço de fala para os convidados, desde que seja mantida a ordem e o respeito do momento de fala de cada um, o que não está acontecendo na reunião de hoje. - Pauta adicional - Kel questiona sobre a previsão de pagamentos dos professores contratados pelo Instituto Labirinto, que estão atrasados desde o dia 19 de agosto, mas que mesmo assim os professores continuam dando suas aulas normalmente. Duda, representante do poder público e coordenador das Oficinas Culturais, que os atrasos se deram devido a apontamentos na prestação de contas trimestral do Instituto Labirinto, realizados pela Secretaria de Finanças, que solicitou retificação do documento, o que comprometeu a logística administrativa. Duda acredita que até sexta-feira, dia 6 de setembro, o repasse de verba da prefeitura para o instituto seja efetuado, para que os pagamentos aos professores sejam realizados. Kel sugere que a questão do encerramento do trimestre seja repensada, a fim de eliminar os atrasos, visto que algumas questões financeiras pessoais dos professores não podem esperar. Ingrid informa que está em conversa com o Instituto Labirinto, pois a lei prevê que as OSC's tenham estrutura financeira para evitar atrasos, ou seja, a OSC deveria garantir o pagamento dos professores com seu próprio caixa e, ao receberem o repasse da prefeitura, seriam reembolsados. Sobre a última pauta, edital FAFC 2024, Dagliane informa que orientou os suplentes do edital FAFC, que se sentiram, de alguma forma, lesados que enviassem e-mail à Secretaria de Cultura, a fim de esclarecer eventuais dúvidas. Ainda sobre os suplentes, segundo Dagliane alguns se sentiram prejudicados, pois foram informados, erroneamente, por servidores da Secretaria de Cultura, que não poderiam interpor recurso. Referente ao saldo remanescente ao edital FAFC 2024, Dagliane considera injusto que o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) retorne à conta do FAFC, visto que o projeto da Karen Nashiro, inscrito na categoria “Artes Cênicas - Circulação”, segundo sua análise, não apresentou nenhum impedimento para sua contemplação. Ingrid informa que já solicitou o desarquivamento do processo administrativo a qual trata da contemplação de Karen Nashiro no edital FAFC 2022, para que seja reanalisado a questão do seu recurso. André cita que no documento que foi enviado ao prefeito Marcelo Oliveira, em que se questionava a funcionalidade da Comissão de Festejos, também havia questionamentos sobre a terceirização das Oficinas Culturais, a qual o Conselho de Cultura considera prejudicial ao município, porém ainda não obtiveram resposta. A secretária adjunta, Ingrid, finaliza a reunião se colocando à disposição e se comprometendo a manter o conselho informado através do grupo de WhatsApp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, a qual, eu, Rodrigo Hernandes Rodrigues, Assistente Administrativo, redigi a presente ata.